

Público

24-10-2018

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 521 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 13

Suspeita de pressões a testemunhas justifica pedido de prisão preventiva do presidente do Turismo do Norte

Justiça
Mariana Oliveira

Outros quatro arguidos foram libertados ontem. A procuradora não pediu medidas que restringissem a sua liberdade

A suspeita de que o presidente do Turismo do Porto e Norte, Melchior Moreira, estaria a pressionar eventuais testemunhas do inquérito que investiga um esquema de viciação fraudulenta das regras da contratação pública foi um dos motivos que levaram o Ministério Público a pedir a prisão preventiva do suspeito que

vai continuar detido até amanhã, altura em que a juíza de instrução vai anunciar as medidas de coacção da *Operação Éter*.

Numa diligência realizada ontem e que durou mais de cinco horas, o Ministério Público pediu a prisão preventiva apenas para Melchior Moreira, o que levou a juíza de instrução a decidir libertar os restantes quatro detidos. Tal aconteceu já depois das 21h. Mas, tal como o presidente do Turismo do Norte, também os quatro arguidos ainda não sabem as medidas de coacção a que serão sujeitos. Sabem, no entanto, que não será uma medida detentiva.

O pedido de prisão preventiva relativo a Melchior Moreira foi sustentado na existência do perigo de

perturbação do inquérito e da continuação da actividade criminoso. Além da questão das pressões, o Ministério Público invocou ainda o relacionamento de Melchior Moreira com pessoas que ocupam cargos importantes e com poder que poderiam tentar influenciar a investigação.

Para os empresários José Agostinho e Manuela Couto, a procuradora Carla Fardilha pediu que fossem sujeitos a cauções e proibidos de contactar com os restantes arguidos. No caso do empresário de Viseu, dono da empresa de tecnologia Tomi World, o Ministério Público pediu que fosse obrigado a entregar ao tribunal 75 mil euros, mais 15 mil euros do que solicitou à administradora da



MP só pediu prisão preventiva para Melchior Moreira

W Global Communication (antiga Mediana) e mulher do presidente da Câmara de Santo Tirso.

Relativamente às duas profissionais do Turismo do Norte, uma directora operacional e outra jurista, a procuradora pediu a suspensão de funções e a proibição de contactos com os restantes arguidos.

O principal foco da investigação está relacionado com a forma como foram contratadas as lojas interactivas da Região de Turismo do Norte, instaladas na maioria dos 86 municípios que a integram. Em investigação estão práticas de corrupção, tráfico de influências e participação económica em negócio.

meoliveira@publico.pt